

PANORAMA DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2007-2017): O TEMPO INTEGRAL EM FOCO

Rennati Taquini

Prefeitura Municipal de Guarapari
rennati@gmail.com

Franceila Auer

Universidade Federal do Espírito Santo
auerfranceila@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, as políticas educacionais têm afirmado um compromisso com a educação infantil, em torno do seu reconhecimento como primeira etapa da educação básica e a ampliação da oferta obrigatória pelo Estado (BRASIL, 2014; 1996; 1988). “O conjunto de normativas legais e proposições apresentadas é uma constatação importante da necessária salvaguarda do direito à educação em sua integralidade” (ARAÚJO; AUER; NEVES, 2019, p.9), mas suscitam uma complexa dinâmica entre a universalização da educação infantil e a expansão do seu atendimento em tempo integral, uma vez que, em um contexto de precarização de vagas, essa modalidade “é lançada como alvo estratégico para minorar os efeitos das desigualdades sociais” e a adoção de critérios predominantes de matrícula complexificam “ainda mais a afirmação da educação infantil como um direito, sobretudo das crianças” (ARAÚJO; PEIXOTO, 2017, p.84).

As políticas educacionais atuais, a exemplo de outros momentos da história, parecem ser compreendidas como uma forma de apaziguar as desigualdades sociais, em detrimento da ampliação e universalização do direito à educação integral de qualidade a todas as crianças, sobretudo se considerarmos o seu atendimento na educação infantil em tempo integral (ARAÚJO; PEIXOTO, 2017). Em que se pese a necessária atuação do Estado na garantia dos mínimos sociais, nessa conjuntura, o direito vem se transformando em uma espécie de ajuda “[...] a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está sendo excluído” (TELLES, 1999, p. 95), atrelando o reconhecimento do direito apenas à matrícula na instituição, não necessariamente articulando-o às especificidades em torno da experiência do tempo

integral, no que diz respeito à formação dos professores, financiamento, práticas pedagógicas, e, sobretudo, em torno do direito e necessidades das crianças e de suas famílias.

Pesquisa realizada por Araújo et. al (2019) aponta que há no Brasil uma tendência de crescimento das matrículas na educação infantil em tempo integral entre os anos de 2007 a 2017, exibindo, no período analisado, ampliação em 8.5 pontos percentuais (p.p.) e evolução total de 82,4%, correspondente a 1.154.348 matrículas a mais no tempo integral. Ao passo que esses indicadores emergem de um contexto mais amplo de pesquisa, sendo o Brasil um país de dimensões continentais, se fazem necessários estudos acerca da oferta do tempo integral que levem em conta a diversidade de experiências apresentadas pelos estados e municípios, considerando as suas especificidades.

Isto posto, este estudo em andamento no âmbito do Grupo de Pesquisa “Infância, Educação, Sociedade e Cultura” – UFES, coordenado pela prof.^a Vania Carvalho de Araújo, de natureza descritiva e explicativa, tem como referência parte dos resultados da pesquisa de âmbito nacional realizada por Araújo et. al (2019) e objetiva traçar um panorama das matrículas da Educação Infantil no Estado do Espírito Santo, com foco no atendimento em tempo integral, na série histórica compreendida entre 2007 e 2017.

METODOLOGIA

Utilizamos as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) para levantamento dos resultados do Censo Escolar; e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para consulta de referências socioeconômicas e demográficas da população de zero a cinco anos. O recorte temporal (2007-2017) justifica-se pela divulgação das informações estatísticas sobre o tempo integral ocorrer apenas a partir de 2007.

Pretende-se apresentar os dados sobre a educação infantil no Estado do Espírito Santo com foco no atendimento em tempo integral, considerando as matrículas em creche e pré-escola e a população correspondente a essa faixa etária, quais sejam, zero a três anos

para a creche e quatro e cinco anos para a pré-escola. As variáveis utilizadas são as matrículas desagregadas por tipo de atendimento (parcial e integral); tipo de estabelecimento (creches e pré-escolas); dependência administrativa (federal, municipal e estadual); tipo de sistema de ensino (pública e privada); localização (rural e urbano) e as características de raça/cor e gênero das crianças matriculadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados parciais revelam que o Estado do Espírito Santo apresenta evolução de 23% nas matrículas na educação infantil, na série história analisada. Essa ampliação decorre sobretudo do crescimento das matrículas no atendimento em tempo parcial, que em 2017 exibe acréscimo de 28% em relação a 2007, ou seja, cerca de 33 mil matrículas a mais no decênio. Deste quantitativo, 89% correspondem às matrículas na creche e 11% na pré-escola. Paradoxalmente à tendência nacional, o tempo integral exibe involução de -2,73% do número de matrículas nesse período. Esse percentual representa em 2017 cerca de 653 matrículas a menos em relação ao ano de 2007, no entanto, se desagregadas por tipo de estabelecimento, vislumbramos uma diminuição de 1.172 matrículas na pré-escola em tempo integral (destas, 1.015 apenas na rede pública), contrabalançada por uma ampliação de 519 vagas na creche em tempo integral (434 somente na rede municipal).

Sobre a dependência administrativa, é responsabilidade exclusiva dos municípios a oferta de vagas no tempo integral da educação infantil, distribuídas majoritariamente em creches públicas. Em 2007, as matrículas na rede privada representam cerca de 11% do total de matrículas no tempo integral, percentual de participação que se mantém em 2017, contudo, observamos sensível queda de -3%, em média 70 matrículas a menos em instituições privadas no período analisado. Considerando valores absolutos, a localização urbana concentra as matrículas no tempo integral, mas a discriminação por tipo de estabelecimento confere percentual de evolução superior nas creches de contextos rurais, com crescimento de 25% no decênio, em oposição ao decréscimo de -44% no número de matrículas nas pré-escolas rurais.

A distribuição conforme o sexo das crianças indica que meninos (52%) e meninas (48%) frequentam o tempo integral de forma semelhante no estado, com prevalência

sutil do sexo masculino. De maneira geral, os percentuais de participação de crianças pretas e pardas em relação ao total de matrículas da educação infantil em tempo integral capixaba, quando somados, se sobressaem às demais etnias. No entanto, a taxa elevada de raça/cor não declaradas em decorrência dessa opção estar disponível no formulário de preenchimento do Educacenso pode omitir informações relevantes ao diagnóstico educacional.

Embora o Plano Nacional de Educação (2014-2024) também destaque a ampliação da educação infantil em tempo integral em duas de suas metas, os dados indicam certa prioridade das matrículas no atendimento em tempo parcial. A creche apresenta maior percentual de crescimento, tanto no tempo parcial quanto no tempo integral, correspondendo à uma demanda histórica das famílias pelo direito à educação das crianças pequenas (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1995) em virtude da garantia de proteção e aprendizado das crianças, mas, sobretudo, liberação das mães para o trabalho (TAQUINI, 2018; AUER, 2018; ARAÚJO, 2015).

CONCLUSÃO

Conclui-se que, em um contexto de não-universalização da educação infantil, há um paradoxo entre as prerrogativas da legislação educacional, mobilizadas sobretudo no cumprimento da obrigatoriedade do atendimento na pré-escola e ampliação da oferta de vagas na creche em tempo parcial em detrimento da ampliação da oferta de vagas na modalidade de tempo integral nas instituições capixabas. A análise inicial dos dados revela para o Estado do Espírito Santo uma realidade díspar da nacional, questão que demanda maior aprofundamento em relação à interseccionalidade nas políticas voltadas à educação infantil em tempo integral e às estratégias adotadas pelos gestores das secretarias de educação municipais, na dinâmica existente entre o financiamento e as matrículas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vania Carvalho de. **O tempo integral na educação infantil**: uma análise de suas concepções e práticas. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas. Vitória/ES: Edufes, 2015.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. PEIXOTO, Edson Maciel. Tempo integral na educação infantil: uma nova “arte de governar crianças”? In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). **Infâncias e educação infantil em foco**. Curitiba: Editora CRV, 2017. p.75-92.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; TAQUINI, Rennati; NEVES, Kalinca Costa Pinto das; AUER, Franceila; SANTOS, Mara Pereira dos. Análise descritiva em âmbito nacional das matrículas de educação infantil em tempo integral (2007 a 2017). In: X Encontro Estadual da ANPAE-ES/ IV Reunião Estadual da ANFOPE, 2019, Vitória. **Anais do Encontro Estadual de Política e Administração da Educação - ANPAE/ES**, p.1-5, 2019.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; AUER, Franceila; NEVES, Kalinca Costa Pinto das. Educação infantil em tempo integral: “mérito da necessidade” ou direito? **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 50, jul./set. 2019.

AUER, Franceila. **Educação infantil em tempo integral**: motivações e expectativas das famílias. 2018. 55f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2014.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. (1995). **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2007-2017**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 5 Jun. 2020.

TAQUINI, Rennati. **Educação infantil em tempo integral na perspectiva das famílias**: uma análise dos contextos de Vitória, Cariacica E Vila Velha. 2018. 95f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.